

Tecendo a memória de uma infância negra: representações, identidade e resistência em *Diário de Bitita*

*Tejiendo la memoria de una infancia negra: representaciones,
identidad y resistencia en Diario de Bitita*

Maria Heloisa Santos Gregorio
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
mariagregorio1@academico.ufs.br
<https://orcid.org/0009-0007-1787-1899>

Gabriel Augusto Gomes da Silva
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
gagsufs@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0009-4438-7829>

Maikel Pons Giralt
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
maikelpg79@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7634-0103>

RESUMO

Este artigo analisa o *Diário de Bitita*, de Carolina Maria de Jesus, como uma escrita de memória atravessada por crítica social. A pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfico, baseia-se na leitura do diário em diálogo com estudos sobre escrevivência, interseccionalidade e oralidade. A análise interpretativa relaciona a narrativa aos contextos histórico-sociais do Brasil pós-abolição. Identificam-se três dimensões centrais na obra: a contranarrativa histórica da infância negra, tensionando o mito da democracia racial; a construção estética que legitima a oralidade e o popular como forma literária; e a escrita de agência interseccional, a partir do lugar de fala de Bitita. Conclui-se que a obra constitui um arquivo fundamental da memória social brasileira e da escrita produzida nas margens.

Palavras-chave: escrevivência; memória; pós-abolição; infância negra; oralidade.

RESUMEN

Este artículo investiga el *Diario de Bitita*, de Carolina Maria de Jesus, como escritura de

memória atravessada por a crítica social. La investigación, de carácter cualitativo y bibliográfico, parte de una lectura del diario en diálogo con estudios sobre la *escrevivência*, la interseccionalidad y la oralidad. El análisis interpretativo relaciona la narrativa con los contextos histórico-sociales del Brasil posabolición. Se identifican tres dimensiones centrales en la obra: la contranarrativa histórica de la infancia negra, tensionando el mito de la democracia racial; la construcción estética que legitima la oralidad y lo popular como forma literaria; y la escritura de agencia interseccional, desde el lugar de habla (*lugar de fala*) de Bitita. Se concluye que la obra constituye un archivo fundamental de la memoria social brasileña y de la escritura producida desde los márgenes.

Palabras-clave: *escrevivência*; memoria; posabolición; infancia negra; oralidad.

INTRODUÇÃO

A produção literária de Carolina Maria de Jesus (1914-1977) constitui um dos mais notados testemunhos da experiência da pobreza, da marginalização e da negritude no Brasil do século XX. Autora cuja obra emerge das fissuras sociais de uma modernidade excludente, alcançou notoriedade com a publicação de *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), texto que jogou luz, com realismo, autenticidade e lirismo singular, ao cotidiano de sobrevivência na favela do Canindé. Contudo, para além desse marco editorial, sua produção posterior, em especial o livro *Diário de Bitita* (publicado postumamente em 1986), oferece um registro fundamental sobre a construção da subjetividade negra e pobre na infância e adolescência, tecendo uma memória pessoal que se entrelaça à história coletiva de um país marcado pelo racismo estrutural (Jesus, 1986).

Nesse sentido, o *Diário de Bitita* ultrapassa a dimensão memorialística, pois não gira em torno apenas de um sujeito individual, configura-se como gesto de resgate frente ao apagamento das vozes de outras mulheres e meninas negras na historiografia e literatura brasileira. É a partir dessa compreensão que o presente artigo se constitui, por meio de uma leitura analítica da obra, buscando compreender como Carolina Maria de Jesus elabora uma escrita insurgente que antecipa, em muitos aspectos, aquilo que Conceição Evaristo posteriormente conceituaria como prática da *escrevivência*;

Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua autoinscrição no interior do mundo. E, em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura

das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação. Insubordinação que pode se evidenciar, muitas vezes, desde uma escrita que fere “as normas cultas” da língua, caso exemplar o de Carolina Maria de Jesus, como também pela escolha da matéria narrada (Evaristo, 2020, p. 53-54).

Esse dinamismo próprio de Carolina se manifesta quando a mesma vai até as memórias de “Bitita”, resgata aquilo de mais profundo sobre uma realidade ignorada pela história oficial e faz esse resgate como um gesto de afirmação humana e política de autoinscrição, costurando a cadência da oralidade de um Eu-menina junto à linguagem culta de uma Eu-mulher escritora. Assim, produzindo uma escrita que escreve nas entrelinhas de um Brasil escravocrata, ainda que liberto.

Ainda que anterior à formulação conceitual de Conceição Evaristo, a escrita de Carolina Maria de Jesus pode ser lida como lugar nascedouro de uma prática que hoje reconhecemos como *escrevivência*: “prática literária cuja autoria é negra, feminina e pobre” (Evaristo, 2020, p. 38), em que a elaboração estética feminina negra se ancora em si mesma, extrapolando a memória individual e ganhando sentido numa coletividade que compartilha histórias de dor, resistência e reconstrução.

Ao narrar sua infância e juventude em Sacramento (MG), Carolina, sob o apelido de Bitita, constrói uma contranarrativa que desafia as versões hegemônicas do passado, expondo as violências cotidianas do preconceito racial e de classe, bem como as estratégias de resistência e os espaços de afeto familiar e comunitário que permeiam sua formação. A obra executa uma dupla tessitura: a da memória individual e a da memória social da população negra brasileira, que se entrelaçam em uma *escrevivência* que extrapola a escrita de si e ganha outros sentidos quando o agente assume o seu fazer, colocando seu corpo como gênese da escrita (Evaristo, 2020).

Assim, a tradição se atualiza e o diálogo cada vez mais forte com o discurso da memória inscreve (de forma que arriscaria chamar definitiva) no arquivo da ficção afro-brasileira contemporânea, a presença do passado - *um passado que não passa* - e que remete tanto aos ancestrais e seus reverenciados saberes, quanto aos antepassados, com suas vivências e sofrimentos, hoje reproduzidos nos périplos dos descendentes (Duarte, 2020, p. 82).

A análise dessa obra à luz dos estudos sobre memória, *escrevivência* e literatura negra feminina revela suas múltiplas camadas de profundidade. Bitita narra episódios de trabalho infantil, de negação de direitos, da segregação racial velada e da fome, mas também registra o aprendizado da leitura, os laços afetivos e a conscientização precoce

sobre o significado de ser negro. Marcada pela dinâmica popular e por uma percepção infantil das injustiças, Carolina, enquanto criança, transforma o diário em um arquivo íntimo, um local de preservação de suas experiências. Como demonstram pesquisadoras da interseccionalidade, a obra de Carolina é fundamental para se pensar as especificidades da opressão vivida por mulheres negras e pobres desde a infância (Carneiro, 2019).

O presente trabalho nasce das reflexões iniciais desenvolvidas pela primeira autora em seu Trabalho de Conclusão de Curso em História, na Universidade Federal de Sergipe, sendo, agora, ampliado no mestrado em Educação. Esse percurso representa, sobretudo, o encontro entre a experiência de uma mulher negra em formação acadêmica e a escrita de Carolina Maria de Jesus, cuja obra provocou o interesse em compreender como outra(s) Bititas vivenciam essa infância racializada subexistente no Brasil.

Metodologicamente, este artigo realiza uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e interpretativa, centrada na análise textual de *Diário de Bitita*. A seleção das referências foi orientada por quatro eixos diretamente relacionados ao problema de pesquisa: memória e escrita de si; escrevivência e literatura negra feminina; oralidade e estética da margem; e relações raciais no Brasil pós-abolição. Privilegiaram-se estudos voltados à obra de Carolina Maria de Jesus, bem como produções de autoras e autores negros vinculados aos estudos decoloniais, ao pensamento afrodiaspórico e à crítica literária afro-brasileira. As passagens da obra foram selecionadas por sua recorrência temática e força analítica na representação da infância negra, especialmente aquelas que abordam experiências de racismo, fome, escolarização, trabalho, desejo de ascensão social e formação da consciência racial. A leitura dos excertos foi realizada em diálogo com esse referencial, buscando compreender como a memória individual de Bitita se articula a uma dimensão coletiva, histórica e política da experiência negra no Brasil.

Desse modo, este artigo propõe-se a investigar como, em *Diário de Bitita* (1986), Carolina Maria de Jesus tece a memória de uma infância negra no interior do Brasil nas primeiras décadas do século XX. Objetiva-se analisar os mecanismos narrativos empregados pela autora para construir essa memória, compreender como a obra dialoga e tensiona os discursos oficiais sobre nação e cidadania, e refletir sobre seu lugar no cânone literário brasileiro enquanto testemunho histórico e produção estética de uma intelectual insurgente. A relevância da pesquisa reside no reconhecimento da obra como um documento indispensável para a historiografia social e para os estudos literários

comprometidos com a descolonização do ser, saber e poder (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018).

ESCREVIVER: UM GESTO DE RESGATE À VIDA

A figura de Carolina Maria de Jesus transcende a condição de autora de um best-seller para se firmar como um dos mais potentes arquivos literários da memória subalterna no Brasil. Sua obra, ancorada na experiência concreta da fome, da segregação e do racismo, constitui um exercício contínuo de escrita da vida, transformando diários íntimos em documentos históricos de denúncia e autoafirmação. O sucesso de *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960) projetou para o grande público a realidade da favela do Canindé, mas também cristalizou uma imagem única da autora, frequentemente esvaziada das camadas mais íntimas de sua complexa subjetividade e de seu projeto literário memorialístico (Meihy, 1997). Nesse sentido, para compreender a essência profundamente subjetiva de sua produção, é preciso deslocar o foco do evento midiático para o lugar onde nasce a experiência que dá vida a escrita, evidenciando esse processo como tentativa de preservação do “si por si mesmo”.

Esse processo encontra sua expressão mais concreta em *Diário de Bitita*, obra póstuma publicada em 1986, na qual Carolina retorna literariamente à sua infância e adolescência em Sacramento, Minas Gerais. Nesse texto, a escrita é um retorno às origens por meio de um diário, um mergulho no passado para compreender a formação de sua identidade de mulher negra e pobre; e, simultaneamente, de modo intencional ou não, um gesto político de inscrição histórica.

Ao narrar as violências cotidianas do racismo, a humilhação do trabalho infantil, a privação material e a sede por conhecimento, Carolina costura uma contranarrativa à história oficial.

Ficava duvidando das minhas possibilidades porque os doutores de Coimbra diziam que os negros não tinham capacidade. Seria aquilo perseguição? Qual era o mal que os negros haviam feito aos portugueses? Por que é que eles nos odiavam, se os negros eram pobres e não podiam competir com eles em nada? Aquelas críticas eram complexos na mente do negro (Jesus, 1986, p. 41).

A partir de seu ponto de vista, Carolina dá espessura, voz, rosto e cor a uma

existência que a sociedade brasileira insistia em tornar invisível (Jesus, 1986). A memória, aqui, de fato é resgatada como denúncia e ânsia de se inscrever no texto.

A natureza dessa escrita é profundamente marcada pela oralidade e pela performance do cotidiano. A linguagem de Carolina, com sua sintaxe peculiar, as repetições e a força imagética, não busca adequar-se ao cânone literário hegemônico; ao contrário, incorpora o ritmo da fala, o repertório cultural de sua comunidade e a urgência do registro, produzindo uma textualidade híbrida e singular. Essa dinâmica pode ser observada no modo como a narradora registra a experiência escolar, em que descreve as sensações corporais perante a violência racial:

Quando eu olhava os quadros dos esqueletos, o meu coração acelerava-se.
Amanhã, eu não volto aqui. Eu não preciso aprender a ler. É que eu estava
revoltada com os colegas de classe por terem dito, quando eu entrei:
— Que negrinha feia!
Ninguém quer ser feio.
— Que olhos grandes, parece sapo (Jesus, 1986, p. 45).

Pode-se observar, nesse texto, características singulares de uma escrevivência: a preservação da estrutura simples e direta do vivido, a centralidade do sentimento narrado e a oralidade que encena a violência cotidiana. Essa escrita constitui, em si, um gesto de preservação da memória cultural de um grupo social cujas tradições se transmitiam majoritariamente pela oralidade. A escrita caroliniana, portanto, materializa no papel uma voz, fixando na página um modo de existir, perceber e narrar o mundo que corria o risco de se perder no anonimato da grande cidade (Pereira, 2019).

Conceição Evaristo estabelece uma distinção importante entre “escrita de si” e “escrevivência”. A primeira, também associada a noções como ego-história, ocorre quando o sujeito narra a própria trajetória reconhecendo-se como parte da história e afetado por suas dinâmicas. Já a escrevivência ultrapassa a dimensão individual, demandando uma leitura coletiva; trata-se de um modo de “escrever” o mundo a partir das experiências de mulheres negras, como gesto-ação-vida (Evaristo, 2020).

No entanto, na obra de Carolina Maria de Jesus é possível pensar a escrevivência articulada a uma escrita de si que não se encerra na experiência autobiográfica; sua narrativa extrapola o âmbito individual e ecoa em outras “Carolíνας” e “Bititas” situadas à margem da sociedade. Sua escrita funciona como um lócus de enunciação em que a memória da infância se torna ato de reexistência, recompondo o passado para

compreender o presente e oferecendo ao leitor um espelho crítico da nação brasileira ao revelar fraturas sociais persistentes (Duarte, 2020).

Esse escrever constitui um legado literário e político inestimável. Seus diários, cartas e romances compõem um mosaico das experiências negras e femininas no Brasil do século XX, posicionando Carolina Maria de Jesus no interior das tradições literárias afrodiaspóricas. Analisar sua obra significa também sentir as marcas inscritas no corpo, capturar os silêncios e enxergar outras meninas negras atravessando a infância de forma profundamente violenta e, ao mesmo tempo, potente.

“OH! SE ME FOSSE POSSÍVEL VIRAR DOUTORA”: DE BITITA A CAROLINA MARIA DE JESUS

A trajetória de Carolina Maria de Jesus é intrínseca às profundas contradições da modernização brasileira na primeira metade do século XX. Nascida na comunidade rural de Sacramento-MG, em um contexto de pobreza rural pós-abolição, sua infância foi marcada pela migração familiar forçada, pelo trabalho precoce e por um acesso limitado, porém determinante, à escolarização formal. Trajetória narrada desde o início em *Diário de Bitita*, o breve período de dois anos na escola foi a ferramenta que a capacitou para o exercício futuro da escrita como meio de subsistência e de interpretação do mundo.

O diário, publicado postumamente, revela esse processo já nas primeiras memórias da infância, quando Carolina rememora a vida com sua família no terreno da Câmara, espaço destinado às famílias pobres e sem acesso à água. As casas cobertas de sapé, com paredes de adobe e capim que precisavam ser trocados anualmente devido às chuvas, evidenciam a precariedade que marcava a realidade da população negra no pós-abolição. Em meio a essas lembranças, a figura do avô emerge associada ao afeto e à admiração: “um preto alto e calmo. Resignado com a sua condição de soldado da escravidão. Não sabia ler, mas era agradável no falar. Foi o preto mais bonito que já vi até hoje” (Jesus, 1986).

O diário narra fatos de sua história anteriores à mudança para a metrópole de São Paulo, na década de 1940, inserido no grande fluxo migratório interno decorrente da urbanização acelerada do pós-Estado Novo, que atingiu especialmente populações negras e pobres que buscavam oportunidades de emprego, encontrando, no entanto, a segregação

espacial nas periferias e favelas como realidade imposta (Meihy, 1997). Esta dupla experiência, do Brasil agrário e do Brasil urbano e industrial, formaria o substrato empírico e espacial que perpassa seus diários; de Bitita ao quarto de despejo.

Posteriormente, no cenário da favela do Canindé, construiu seu barraco e criou seus filhos como mãe solo, catadora de papel. O “quarto de despejo” da cidade foi a materialização concreta do espaço de invisibilidade social destinado aos invisíveis. A tripla condição de opressão, como mulher, negra e pobre, a situava no ponto mais baixo da hierarquia social, sujeita às violências cotidianas da fome, do preconceito e da instabilidade, formando a matéria-prima de seu testemunho pessoal.

Sua escrita diarística inspirou outras mulheres negras, como diz Conceição Evaristo ao falar de sua mãe; “Foi a partir da leitura do livro de Carolina Maria de Jesus, mulher negra e favelada, migrante mineira em São Paulo, que minha mãe desenvolveu o hábito da escrita. Nas páginas da outra favelada nós nos encontrávamos. Conhecíamos, como Carolina, a aflição da fome.” (Evaristo, 2011 *apud* Duarte, 2020, p. 81); surgindo primeiro como um refúgio íntimo e, posteriormente, como uma estratégia consciente de documentação e denúncia dessa realidade, desafiando a divulgada cordialidade das relações raciais brasileiras e se afirmando como escrita afrodiaspórica feminina negra (Bento, 2022; Fonseca, 2016).

O contexto de sua emergência literária também é fundamental para entender a importância de sua trajetória. A publicação de *Quarto de despejo* em 1960 ocorreu em um momento de otimismo desenvolvimentista, com a construção da capital federal, mas também de intensa efervescência cultural e política, com o engajamento de movimentos sociais. A obra atingiu o público como um choque de realidade, apresentando uma visão de dentro de uma realidade que a maioria dos brasileiros apenas ignorava ou observava de longe. Contudo, esse sucesso foi ambíguo: Carolina foi celebrada como uma “rara avis”, uma exceção, sendo sua obra frequentemente lida mais como documento sociológico do que como produção literária, e sua pessoa explorada e depois descartada pela mídia e pelo mercado editorial quando o interesse sensacionalista diminuiu (Farias, 2018).

O retorno à invisibilidade fez Carolina mergulhar novamente em uma condição de miséria quase absoluta, muito semelhante àquela retratada em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Pouco antes de sua morte, em 1977, entrega dois diários manuscritos a

jornalistas franceses, que 9 anos depois viriam a ser publicados sob o título *Diário de Bitita* (Jesus, 1986), obra que narra acontecimentos anteriores ao quarto de despejo, mas que é publicada posteriormente. Carolina continua a escrever com seu estilo sensível e cru, conduzida pelas memórias infantis, e narra os episódios de sua infância no interior mineiro.

Minha mãe lavava roupa por dia e ganhava cinco mil-réis. Levava-me com ela. Eu ficava sentada debaixo dos arvoredos. O meu olhar ficava circulando através das vidraças olhando os patrões comer na mesa. E com inveja dos pretos que podiam trabalhar dentro das casas dos ricos.

Um dia a minha mãe estava lavando roupa. Pretendia lavá-la depressa para arranjar dinheiro e comprar comida para nós. Os policiais prenderam-na. Fiquei nervosa. Mas não podia dizer nada. Se reclamasse o soldado me batia com um chicote de borracha.

E a notícia circulou.

— A Cota foi presa.

— Por quê?

Quando o meu irmão soube que a mamãe estava presa começou a chorar. Rodávamos ao redor da cadeia chorando. A meia-noite resolveram soltá-la. Ficamos alegres. Ela nos agradeceu depois chorou.

Eu pensava: “É só as pretas que vão presas.” (Jesus, 1986, p. 28).

A percepção profunda de desigualdade racial percebida na infância revela a elaboração precoce de uma consciência racial construída a partir da observação cotidiana da violência infligida aos seus iguais e a sua família. Ainda criança, Carolina compreende que a cor da pele determina quem é vigiado e punido e antecipa questões centrais dos estudos raciais contemporâneos, performando uma crítica ao racismo estrutural brasileiro a partir da observação atenta de uma criança. Sua trajetória ilustra as barreiras enfrentadas por intelectuais negros em um campo literário dominado por uma branquitude hegemônica (Cutti, 2010; Ribeiro, 2019).

Ao rememorar a realidade escolar por volta de 1925, a autora evidencia a inadequação imposta às crianças negras dentro desses espaços e quais discursos eram mobilizados para mantê-las afastadas do ambiente considerado “culto”, demonstrando que, mesmo se aprendessem a ler e a escrever, não seriam aceitas.

— Graças a Deus agora nós temos negros ilustres, temos um negro que canta nos discos e outro que dá receitas. As farmácias vendem os remédios que ele receita, O doutor Azevedo Costa tem um hospital que ele construiu:

Eu era pequena e ficava ouvindo os velhos falar e pensava: “Eu não hei de morrer sem conhecer o doutor Azevedo Costa. Como será que ele virou médico?”

- Oh! se me fosse possível virar doutora... eu ia ser doutora Bitita.” (Jesus, 1986, p. 38).

Ela demonstra como seus desejos foram elaborados e limitados por essas barreiras impostas pela racialização brasileira. Em síntese, a trajetória de Carolina Maria de Jesus é um mapa crítico do Brasil do século XX. Sua vida e obra não podem ser dissociadas do contexto histórico da migração pós-escravidão, da urbanização excludente, do mito da democracia racial e das lutas por visibilidade e cidadania. Carolina intersecciona forças sociais à sua agência individual, que é coletiva em mesma medida, fazendo de sua rememoração uma forma política e histórica de disputar o passado brasileiro. A leitura de Serafina Ferreira Machado (2012) permite aproximar essa escrita da literatura afro-feminina compreendida como uma escrita de cobrança, isto é, uma produção que se opõe ao lugar de Outro historicamente reservado ao sujeito negro e feminino, reivindicando o direito à voz, à presença e à igualdade no campo das letras e da sociedade.

O MEU NOME É BITITA

Em *Diário de Bitita* (1986), a infância e a adolescência da autora são apresentadas como espaços centrais de aprendizagem social e racial. Ambientada em um contexto marcado pela transição política e pelo êxodo rural, a narrativa se organiza como uma memória em que o contato com o mundo acontece junto à percepção gradual dos limites impostos à vida de uma menina negra e pobre em uma sociedade pós-escravista. Bitita, apelido de Carolina na infância, vivencia um percurso formativo que não se orienta pela ideia de ascensão social ou por uma socialização harmoniosa, mas pela tomada de consciência precoce das hierarquias e violências que definem seu lugar social: “— Negro ladrão... — aquilo ia transferindo-se de boca em boca. E aquele negro, sem nunca ter roubado, era um ladrão. Porque o doutor que estudou em Coimbra disse!” (Jesus, 1986, p. 52).

É notável que os espaços da casa dividida com a família constituem os primeiros territórios de aprendizagem de Bitita. Mesmo em meio aos conflitos constantes entre os parentes, desenvolve uma capacidade argumentativa utilizada para se defender das ofensas dirigidas a ela e à sua família. Sempre muito observadora, Carolina registra desde cedo suas percepções acerca das relações entre homens e mulheres, questionando: “Será

que o homem é tão bom assim? Por que será que as mulheres querem casar-se?” (Jesus, 1986, p. 11). As perguntas revelam que a partir da escuta e da vivência cotidiana, Bitita percebe as desigualdades presentes nessas relações. Ao mesmo tempo, as conversas dos adultos despertavam nela um medo precoce diante das dificuldades da vida: “Tinha hora que eu tinha um medo do mundo! Era quando ouvia os homens falarem nas dificuldades que há para um homem encontrar trabalho” (Jesus, 1986, p. 23).

A obra apresenta a gênese de uma subjetividade que se forma na tensão de uma infância marcada pela hierarquização das diferenças e pela violência simbólica contra o corpo e a cor negra: “Eu sabia que era negra por causa dos meninos brancos. Quando brigavam comigo, diziam: — Negrinha! Negrinha fedida!” (Jesus, 1986, p. 83). Inicialmente, pode-se notar uma positividade e deslumbramento infantil que vai se perdendo ao decorrer da trama;

Para mim o mundo consistia em comer, crescer e brincar. Eu pensava: o mundo é gostoso para viver nele. Eu nunca hei de morrer para não deixar o mundo. O mundo há de ser sempre meu. Se eu morrer, não vou ver o sol, não vou ver a lua, nem as estrelas. Se eu me encontrasse com Deus ia pedir-lhe: “Deus, dá o mundo para mim?” (Jesus, 1986, p. 17).

Bitita, uma menina curiosa, questionadora e teimosa, que queria “virar homem” porque notou que eram tratados como reis pois possuíam mais força, que gostava mais de sua madrinha branca porque ela era rica e fazia muitas comidas gostosas: picadinho de carne, banana frita com canela e cocada. Que observava as nuvens e em suas formas difusas criava histórias e se via nelas. Aos poucos, entre o desejo de pertencer a um mundo desigual, entre a fome e no vislumbre do olhar de sua mãe, já atravessada por marcas profundas da racialidade, surgia uma curiosidade suspensa pela fantasia infantil.

Eu achava o mundo feio e triste, quando estava com fome. Depois que almoçava achava o mundo belo.
Perguntei a minha mãe:
— O mundo é tão bom! Ele é sempre assim?
Não respondeu-me. Dirigiu-me um olhar tão triste, um olhar que preocupou-me. Mas insisti.
— Mamãe! Mamãe... fala-me do mundo. O que quer dizer mundo? (Jesus, 1986, p. 26).

Ela não responde exatamente a essa pergunta, mas, em sua escrita, o mundo é constituído por uma força difusa e profundamente estruturante: o racismo, que se expressa

nas microagressões, nas exclusões simbólicas e nas restrições materiais. Episódios como a reclusão da família em um sítio afastado, as dificuldades de encontrar emprego, as humilhações no trabalho doméstico precoce e a percepção atenta das diferenças de tratamento entre crianças brancas e negras na escola, são narrados com uma clareza que tensiona o mito da democracia racial a partir do ponto de vista de quem sofre seus efeitos. Consequentemente, ao decorrer de seu crescimento e a partir das experiências de trabalho como doméstica, o gosto de viver se esvai:

Era horroroso viver. Eu estava trabalhando ganhando trinta mil-réis, aparecia outra, que trabalhava melhor, e ganhava vinte mil-réis por mês. Eu já estava cansando daquela vida de andarilha. Eu tinha a impressão de ser uma moeda circulando (Jesus, 1986 p. 169).

A formação identitária de Bitita é, em grande parte, marcada pelo reconhecimento doloroso da “cor da pele” como um marcador social que antecede e condiciona sua individualidade (Almeida, 2019). Transforma-se em um registro crítico dos múltiplos modos pelos quais o racismo opera, revelando sua presença nas relações mais íntimas e sua capacidade de definir, desde a infância, os horizontes de possibilidade de uma criança.

No entanto, contra esse cenário opressivo, Bitita também revela as estratégias de resistência e afirmação identitária. A família, especialmente a figura da mãe e da avó, representa um núcleo de afeto, cultura e ensinamentos de sobrevivência. O acesso à escola, ainda que breve e cheio de obstáculos, é descrito como um momento de deslumbramento e de aquisição da ferramenta mais preciosa: a palavra escrita. Ela percebe que os que sabiam ler tinham mais possibilidades de compreensão e de encontrar o seu lugar ao sol. A leitura e o início de suas próprias anotações surgem como atos de autonomia e de criação de um espaço livre de reflexão.

A própria escrita do diário, enquanto gesto adulto motivado pela necessidade de falar por si, é um ato de resgate dessa criança, afirmando o valor de sua experiência e o seu amadurecimento (Fonseca, 2016). A formação identitária, portanto, se constrói na tensão entre a internalização das injúrias raciais e a elaboração de estratégias de proteção da autoestima.

A linguagem do *Diário de Bitita* é ela mesma um elemento constitutivo dessa identidade em formação. A voz narrativa mescla a perspectiva da criança, que vivencia as situações, com a consciência histórica e política da adulta, que entrelaça história nacional

com cotidiano, rememorando e interpretando fatos nacionais à luz de seu contexto. A grafia marcada pela prosa da oralidade afirma que a memória não é uma mera idealização, mas a materialização linguística de uma subjetividade que se forma na diferença e que, ao narrar-se, se reapropria de sua própria trajetória (Pereira, 2019). A infância narrada não é um tempo perdido, mas um tempo fundador, cuja revisitação por parte de Carolina serve tanto à compreensão de si quanto à educação do leitor sobre as raízes profundas da desigualdade brasileira. Evidenciando, assim, que existem muitas outras Bititas pelo Brasil.

Por fim, ao centrar a narrativa na infância, Carolina Maria de Jesus demonstra como as noções de raça e classe são apreendidas desde os primeiros anos não apenas como categorias sociais externas, mas como experiências que atravessam a formação subjetiva da criança negra. Nesse sentido, a leitura de Neusa Santos Souza permite compreender que “tornar-se negro” implica enfrentar os efeitos simbólicos de uma sociedade que produz o branco como ideal de reconhecimento e humanidade (Souza, 1983).

Simultaneamente, a obra celebra a resiliência, a inteligência e a capacidade de sonhar dessa criança, afirmando que sua história, com todas as suas dores e belezas, merece ser registrada e ouvida. O diário torna-se, assim, um legado político e literário brasileiro célebre, mostrando que a memória de todas as infâncias deve ser valorizada e vista como território essencial para a compreensão crítica do Brasil (Ribeiro, 2019).

POR UMA POÉTICA DO EU

A escrita autobiográfica constitui-se como um gênero literário fundamental na tessitura entre a experiência subjetiva e a construção histórica, operando na zona fronteira entre a recordação íntima e a inscrição pública do eu. Esta modalidade pressupõe um pacto de leitura no qual autor, narrador e personagem convergem em uma identidade referencial, demandando do leitor uma suspensão da ficcionalidade plena em prol do testemunho (Lejeune, 2014).

No entanto, longe de ser um mero espelho do vivido, é uma operação complexa de seleção, interpretação e narração, mediada pela memória. Memória essa que não se apresenta como um arquivo estático, mas como uma faculdade ativa e multável,

constantemente remodelada pelas circunstâncias do presente, pelas expectativas de futuro e pelo próprio ato de narrar (Seligmann-Silva, 2017). Assim, a escrita autobiográfica é sempre uma releitura do passado guiada pela memória, uma reconfiguração narrativa que dá forma e sentido à experiência.

Nesse processo reconstrutivo, a memória atua como matéria-prima e agente modelador, sendo simultaneamente fonte e produto da narrativa. A autoficção, as lacunas, as ênfases e até o esquecimento são inerentes ao ato memorialístico, que é sempre parcial e interessado. A escrita do eu não visa, portanto, a reprodução fidedigna dos fatos, mas a criação de uma verdade subjetiva, uma coerência interna que confere inteligibilidade à trajetória de vida. Como pontua Ecléa Bosi (1994), a memória é um trabalho psíquico e social que organiza o caos da experiência em narrativas dotadas de significado, frequentemente alinhadas a marcos identitários coletivos, como classe, gênero, raça ou nação. Desse modo, o autobiográfico transforma memórias individuais em documentos que dialogam com contextos históricos mais amplos.

Em contextos de opressão, trauma ou exclusão, a escrita de si assume uma potência política particular. Para sujeitos e grupos cujas histórias foram sistematicamente silenciadas ou apagadas pelos discursos oficiais, a narração da própria vida torna-se um ato de resistência e de reexistência. A ação de rememorar, neste caso, é mobilizada como um instrumento de contranarrativa, desafiando versões hegemônicas do passado e afirmando a visibilidade e a humanidade de experiências marginalizadas.

A produção literária de autoras como Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo ou Maya Angelou exemplifica como essa escrita funciona enquanto um arquivo crítico, inscrevendo no espaço público memórias que contestam estruturas de poder racistas, sexistas e classistas (Bosi, 1994). É uma forma de “direito à memória” e à própria narrativa.

A memória, nesse sentido, não retorna sozinha: ela caminha acompanhada por outras vozes, outros corpos e outros tempos. Em *Um Exu em Nova York*, Cidinha da Silva mobiliza a imagem do exuzilhamento da memória para sugerir um movimento de encruzilhada, trânsito e recomposição, no qual dores, desejos e emoções circulam entre o eu e os outros, produzindo caminhos que aproximam, distanciam, irmanam e também apontam diferenças (Silva, 2018).

Do ponto de vista prático, a escrita autobiográfica desenvolve estratégias

específicas para lidar com a natureza imprecisa da memória. O uso do fragmento, da hesitação, da repetição, da justaposição de tempos e da metalinguagem sobre o ato de recordar são recursos comuns que configuram o próprio funcionamento da memória.

A linguagem torna-se, assim, o meio através do qual o passado é refeito e reexperienciado. A narrativa autodiegética cria uma temporalidade própria, em que o momento da escrita constantemente interfere e reinterpreta o momento narrado, se entrelaçando e produzindo uma subjetividade em eterno devir, sempre inacabada e em diálogo consigo mesma (Seligmann-Silva, 2017). A forma literária, portanto, é indissociável do conteúdo da memória individual.

Por fim, a análise da escrita autobiográfica como prática de memória revela suas múltiplas dimensões — psicológica, social, política e estética. Ela se constitui como exercício de autoconhecimento, documento histórico, manifesto político e obra de arte. Autobiografia, escrita de si e escrivência possuem estruturas e propostas distintas, mas se mostram complementares na medida em que operam como dispositivos da memória vivida e compartilham um compromisso político com o desvelamento das estruturas históricas e sociais vigentes.

A escrivência, nesse sentido, intensifica esse gesto ao tensionar a narrativa do eu e expandi-la de forma mais acentuada para um coletivo que partilha a experiência de ser mulher, negra e pobre. Torna-se, assim, necessária uma abordagem interdisciplinar capaz de apreender como a memória individual se entrelaça às memórias coletivas, como a subjetividade se constrói na linguagem e como o ato de narrar a própria vida pode converter-se em um gesto de reparação histórica e literária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido, centrado na obra *Diário de Bitita*, de Carolina Maria de Jesus, confirmou a hipótese inicial de que sua narrativa constitui um ato literário fundamental de resistência, memória e crítica social. Através da análise realizada, foi possível demonstrar que a escrita autobiográfica da autora transcende o registro íntimo para se tornar um dispositivo político e estético de alta complexidade, capaz de iluminar as estruturas profundas da sociedade brasileira.

A conclusão principal deste artigo é que o *Diário de Bitita* opera em três

dimensões indissociáveis. Primeiro, como contranarrativa histórica: a obra preenche uma lacuna evidente no arquivo nacional, inscrevendo a experiência concreta da população negra e pobre no período pós-abolição, desmontando o mito da democracia racial e expondo a pedagogia violenta do racismo desde a infância.

Segundo, como performance literária singular: Carolina desenvolve uma estética própria, fundada na “tradução” criativa da oralidade para a página escrita. Esta escolha é, em si, um ato de resistência cultural, que afirma a linguagem e as vozes cotidianas como matéria legítima para a construção de uma escrita autoral poderosa e inovadora.

Por fim, como documento de uma agência interseccional: a obra evidencia como a condição de mulher, negra e pobre não a relegou ao silêncio, mas sim uma consciência crítica aguda e uma escrita marcada pela urgência. O lugar social de Carolina é o ponto de partida para uma análise penetrante das desigualdades, revelando que a marginalização pode ser, paradoxalmente, uma posição insurgente de conhecimento e denúncia.

Desse modo, traçou-se a trajetória da autora em seu contexto histórico e social, analisaram-se os mecanismos da escrita da memória e do racismo cotidiano em sua obra e demonstrou-se como *Diário de Bitita* tece, a partir da experiência individual de Bitita, a realidade de muitas meninas negras que vivem em um eco esquecido, das ruas, das salas de aula e do cânone literário. A metodologia bibliográfica e analítica mostrou-se adequada para revelar as múltiplas camadas de significação do texto, ao articular a força do testemunho com as linhas de interpretação que emergiram ao longo da leitura da obra.

O legado de Carolina Maria de Jesus, reafirmado por este estudo, é duradouro e necessário. Sua obra permanece como um farol crítico, desafiando-nos a reconhecer as continuidades do racismo estrutural e a valorizar as narrativas que emergem das margens. *Diário de Bitita* ensina que a vida, quando mobilizada pela palavra escrita, é um instrumento de justiça e um campo de batalha pela humanização e cidadania.

Conclui-se que sua produção é inesgotável. Estudar e difundir a obra de Carolina não é apenas um exercício acadêmico, mas um compromisso ético com a construção de uma sociedade mais justa e com uma literatura verdadeiramente ancorada na vida, no corpo e nas experiências que formam o Brasil em sua totalidade. A infância de Bitita, suas dores, silêncios e falas, são lembrete permanente de que toda vida é digna de ser narrada e lida com atenção, cuidado e afeto.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen, 2019.
- CUTI, Luiz Silva. *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- DUARTE, Eduardo de Assis. (Org.). *Literatura, política, cultura: memórias do racismo*. Belo Horizonte: Nandyala, 2020.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Escrivência, Quilombismo e a tradição da escrita afrodiaspórica. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Org.). *Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 75-94.
- EVARISTO, Conceição. A Escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Org.). *Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 27-46.
- EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Org.). *Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 49-54.
- FARIAS, Tom. *Carolina: uma biografia*. São Paulo: Malê, 2018.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares. *Carolina Maria de Jesus: literatura e resistência* (Coleção Consciência em Debate). São Paulo: Selo Negro, 2016.
- JESUS, Carolina Maria de. *Diário de Bitita*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Tradução de Jovita M. G. Noronha e Maria Inês C. G. G. Sampaio. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- MACHADO, Serafina Ferreira. Literatura afro-feminina: uma escrita de cobrança. *Revista Graphos*, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 136-144, 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Código de Carolina: vida e obra de Carolina Maria de Jesus*. São Paulo: EdUSP, 1997.

PEREIRA, Eliana Ferreira. *A escrita de Carolina Maria de Jesus: atravessamentos e invenções*. São Paulo: Editora da Unifesp, 2019.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2017.

SILVA, Cidinha da. *Um Exu em Nova York*. 1.ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

Recebido em: 30/01/2026

Aceito em: 22/05/2026

Maria Heloisa Santos Gregorio: historiadora formada pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e mestranda em Educação pela mesma instituição, na linha Educação, Cultura e Diversidade. Pesquisa relações étnico-raciais, infância negra e processos identitários em territórios quilombolas. Atualmente desenvolve a pesquisa *Quem me ensina quem eu sou? Identidade infantil negra na comunidade quilombola Mussuca-SE*.

Gabriel Augusto Gomes da Silva: mestrando em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), bolsista CAPES. Licenciado em Letras – Língua Portuguesa e em Pedagogia, com especializações em Leitura e Produção de Texto, Alfabetização e Letramento, Literatura Brasileira e Educação Especial e Inclusiva. Atuou como professor da rede municipal de Aquidabã (SE) e foi residente bolsista do Programa de Residência Pedagógica (CAPES/UFS).

Maikel Pons Giralt: professor e Pesquisador cubano, residente no Brasil, com atuação

nas áreas de educação das relações étnico-raciais, educação popular, abordagens decoloniais e pluriversais, educação intercultural, transiciones justas no Sul Global. É Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2021). Realizou estágio de Pós-Doutorado no tema de educação antirracista na Universidade de São Paulo (2022-2023). Mestre em Ciências da Educação Superior, Universidade de Camagüey, Cuba (2017). Atualmente, é Professor Visitante Adjunto vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe.